



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

PROJETO BÁSICO

Título do Projeto: Centros de Referência à Mulher: Fortalecimento das ações integradas em defesa da mulher no Distrito Federal.

Programa – 0156 - Ampliação e Consolidação da Rede de Serviços Especializados de Atendimento as Mulheres em Situação de Violência

Ação – 2C52 – Ampliação e Consolidação da rede de Serviços Especializados de Atendimento às mulheres em Situação de Violência.

| | |
|-------------------------------|--|
| Instituição Proponente | Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal/Governo do Distrito Federal |
|-------------------------------|--|

1. IDENTIFICAÇÃO

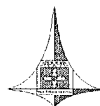
| | |
|---|---|
| Nome do projeto | Centros de Referência à Mulher: Fortalecimento das ações integradas em defesa da mulher no Distrito Federal. |
| Nome da Instituição Proponente | Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal/Governo do Distrito Federal |
| Sigla (se houver) | SEM-DF |
| Endereço | Anexo do Palácio do Buriti, 10º Andar, Sala 1002, Brasília – DF |
| Endereço postal (CEP) | 70075-900 |
| Responsável pela Instituição | Olgamir Amancia Ferreira |
| Responsável técnico pelo projeto | Danielle Fermiano dos Santos Gruneich |
| Nº de telefone fixo (com DDD) | (61) 3961-1572 |
| Nº de telefone celular (com DDD) | (61) 9967-0933 |
| Nº de fax (com DDD) | (79) 3961-1572 |
| Endereço eletrônico | gab.sem.df@gmail.com ; danielle.gruneich@buriti.df.gov.br |
| Sítio Internet | www.mulher.df.gov.br |
| Proposta SICONV | 066604/2011 |

Montante solicitado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

| Custo total do Projeto | Montante solicitado à SPM | Contrapartida oferecida |
|-------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|
| R\$ 1.400.987,28 | R\$ 1.219.612,99 | R\$ 181.374,29 |

Forma de Aporte da Contrapartida

| Contrapartida oferecida | Financeiro | Bens e Serviços Economicamente mensuráveis |
|--------------------------------|-------------------|---|
| R\$ 181.374,29 | R\$ 181.374,29 | - |



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER**

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INSTITUIÇÃO PROPONENTE

A Secretaria de Estado da Mulher foi criada por meio do Decreto nº 32.716 de 1º de janeiro de 2011 e traduz o compromisso do Governo Agnelo com as demandas da sociedade, mais explicitamente dos movimentos sociais que clamam por reconhecimento dos direitos daquelas que representam 52% da população local.

Esta Secretaria tem por objetivo a elaboração e implementação de políticas para as mulheres do DF e a garantia de seus direitos, representando um grande avanço no trato das questões que envolvem os direitos da mulher enquanto realidade institucional, ou seja, a questão da mulher e suas políticas passam a ser tratadas como questão de Estado no Distrito Federal.

A Secretaria de Estado da Mulher tem como eixo estratégico defender e ampliar os direitos da mulher, por meio da formulação, implementação e integração de políticas públicas, na perspectiva da emancipação e transformação social.

Os valores que serão as referências para o desenvolvimento do trabalho na Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal são a democracia, igualdade, justiça social, probidade, transparência, emancipação, responsabilidade, humanização, solidariedade, dinamismo e efetividade.

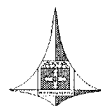
É responsável por um conjunto de iniciativas relacionadas à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Distrito Federal, tanto na implementação dos Centros de Referência à mulher, a Rede Mulher Cidadã, os Núcleo de Atendimento à Família e autores de Violência Doméstica – NAFVD, bem como na articulação com os demais participantes e responsáveis da Rede.

Busca, com suas iniciativas, contribuir com o processo de emancipação da mulher empoderá-las e apoiá-las em seu processo de emancipação e autonomia, haja vista a violência contra a mulher exige ação imediata e envolve articulação de diferentes setores da sociedade, inclusive, dos meios de comunicação.

2.1. Informações sobre o Distrito Federal¹

O Distrito Federal é a unidade autônoma onde tem sede o Governo Federal com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ocupa uma área geográfica de 5.789,8 Km², dividida em 30 Regiões Administrativas, entre as quais está Brasília, a Capital Federal. Possui as mesmas competências legislativas reservadas aos estados e municípios, e é regido por Lei Orgânica, sendo vedada sua divisão em municípios.

¹ Retirado, com adaptações, do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo do Distrito Federal. Disponível em: http://www.seplan.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=118&Itemid=7. Acesso em 18 nov. 2011.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

De acordo com a série histórica dos censos brasileiros, desde a inauguração de Brasília, a população do Distrito Federal cresceu 18 vezes, saltando de 141.742 habitantes (1960) para 2.570.160 habitantes (2010).

Há 51 anos, correspondia a 0,2% da população brasileira com 24,43 habitantes por quilômetro quadrado; atualmente, está em 1,4%, o que corresponde a uma densidade demográfica de 444,07 habitantes por quilômetro quadrado.

| Distrito Federal – População residente, por situação do domicílio e sexo (2010) | | | |
|---|-----------|--------|-----------|
| | Urbana | Rural | Total |
| Homens | 1.180.777 | 48.103 | 1.228.880 |
| Mulheres | 1.301.433 | 39.847 | 1.341.280 |
| Total | 2.482.210 | 87.950 | 2.570.160 |

O Distrito Federal possui elevado grau de urbanização (96,6%); apresenta densidade domiciliar de 3,3 habitantes por domicílio; é a unidade da federação com a segunda menor proporção entre homens e mulheres: 91,6 homens para cada 100 mulheres.

No que tange aos indicadores sócio-econômicos, em 2008 oito estados tiveram renda *per capita* acima da média brasileira, que foi de R\$ 15.989,75. O Distrito Federal, com o maior índice do Brasil, R\$ 45.977,59, representava quase três vezes a média brasileira e quase o dobro de São Paulo, R\$ 24.456,86, segundo maior.

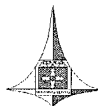
Este dado é reforçado pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH2 de 0,844, apenas 0,003 pontos percentuais abaixo de Florianópolis (SC), o maior do Brasil.

No entanto, as mazelas do Distrito Federal vêm à superfície somente quando se examina indicadores específicos, como o Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda entre os indivíduos.

Expresso em pontos percentuais, o **Índice de Gini no Distrito Federal é o pior do País, sempre oscilando em torno de 0,6. Quanto mais próximo de zero o índice, maior é a igualdade; quanto mais próximo de um, maior a desigualdade.**

| Índice de Gini | | |
|-------------------------|------|------|
| | 1992 | 2009 |
| Brasil | 0,56 | 0,54 |
| Distrito Federal | 0,60 | 0,62 |

Da mesma forma, a relação entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres é outro indicador bastante utilizado na definição de políticas públicas para melhoria das condições de vida população. Quanto maior essa proporção, maior é a



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER**

concentração de renda e, conseqüentemente, maior a dependência da população em relação à ação governamental. E, aqui, novamente o Distrito Federal aparece em situação desfavorável, conforme indica a tabela a seguir:

| Razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e os 20% mais pobres | | | |
|---|------|------|------|
| | 1992 | 2001 | 2009 |
| Brasil | 20,5 | 25,4 | 18,2 |
| Distrito Federal | 25,0 | 33,2 | 28,4 |

Outro indicador que representa a gravidade dos problemas sociais do Distrito Federal é a relação da População Economicamente Ativa – PEA e da Taxa de Desemprego. De acordo com as informações captadas pela Pesquisa Emprego e Desemprego – PED, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, a população desempregada no Distrito Federal em maio último foi de 183 mil pessoas. Com isso, o percentual de pessoas capazes de exercer uma profissão e que procuram por um emprego remunerado ficou em 13%.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDEST-DF), 22,6% da população urbana residente no Distrito Federal encontravam-se em situação de pobreza (com renda per capita até 0,5 salário mínimo), sendo 46,2 % do sexo masculino e 53,8 % do sexo feminino.

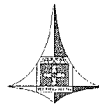
O referido levantamento revela ainda que não é só a desigualdade social e de renda que as mulheres estão sujeitas, mas como chefes de família, habitam locais onde há menor oferta de serviços de saúde, educação, saneamento básico, fomentando inclusive a sua autoexclusão de locais onde conseguiria empoderar-se e reivindicar seus direitos legais e de cidadã.

Assim, os desafios apresentados de superação das desigualdades sociais do Distrito Federal são grandes. O conjunto de indicadores sociais apresenta a realidade efetiva da população do Distrito Federal. Há tempos não foram efetivadas medidas estruturantes de desenvolvimento e superação do quadro de desigualdade no DF.

Esta gestão, além de desempenhar suas funções precípuas, procura desenvolver ações fundamentadas na continuidade e efetividade do serviço público, melhorando os indicadores aventados e alterando a relação entre o Estado e sua população.

2.2 Informações sobre violência contra a mulher

A violência deve ser compreendida não somente dentro dos limites da segurança pública, mas essencialmente com um problema de saúde coletiva e de enfrentamento político. Ainda que sejam os homens que sofrem maior violência em espaços extrafamiliares, cabe à mulher o triste índice de violência doméstica. Esse índice ainda



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER**

não tem precisão, uma vez que não são todas as mulheres que prestam queixa formal sobre sua vitimização.

Mesmo com a falta de dados e estimativas precisas, a percepção social aponta para o reconhecimento da existência da violência contra as mulheres e das consequências que atingem e afligem – física e psicologicamente – as mulheres vitimadas.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo Ibope, em maio de 2006², 33% da população brasileira com 16 anos ou mais de idade, percebe a violência contra as mulheres (intra e extra familiar) como um dos problemas que mais preocupam a população feminina e 51% dos entrevistados declararam conhecer ao menos uma mulher que foi, ou que ainda é, agredida pelo seu companheiro, ratificando dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) segundo os quais metade dos crimes cometidos contra as mulheres é de autoria de seus ex ou atuais companheiros. Mais ainda, que esses dados poderiam ser minimizados se consideradas as consequências dessa violência em suas dimensões políticas e sociais.³

Muitas mulheres que estão em situação de vulnerabilidade também têm sua relação profissional precária, baixa escolaridade e, sobretudo, não possuem qualificação profissional o que acaba por dificultar ainda mais a sua emancipação, pois a violência também tem um caráter fortemente econômico. Entretanto os custos com a violência também são financeiramente onerosos, não só para o Governo, mas especialmente para as mulheres que se vêem divididas entre manter economicamente a si e aos seus dependentes ou denunciar as violências sofridas.

Diante deste cenário, a estratégia de intervenção por meio de Centros de Referência, em quantitativo superior ao atual e descentralizados, possibilitará que rapidamente essa mulher volte para as suas atividades cotidianas com o menor dano possível.

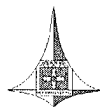
3. JUSTIFICATIVA

A superioridade numérica apresentada não se reflete necessariamente na efetivação e ampliação de direitos e na conquista de espaços de poder político e/ou institucional.

De fato, na última década, a ampliação de direitos para as mulheres alcançou, no campo das políticas sociais e no campo legal/jurídico, um significativo avanço. A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2003, em âmbito federal e a criação da Secretaria de Estado da Mulher no Distrito Federal em janeiro de 2011, bem como a aprovação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), representam importantes conquistas da luta histórica das mulheres.

² Disponível em <http://www.patriciagalvao.org.br/instituto.htm>. Acesso em nov. 2011.

³ Disponível em <http://www.who.int/bulletin/volumes/89/1/10-085217.pdf>. Acesso em nov. 2011



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

No entanto, a efetivação desses direitos e sua ampliação para um maior número de mulheres, assim como o reconhecimento de outras demandas, vinculam-se necessariamente à presença do Estado na formulação e implementação de políticas públicas e que tenham por objetivo central, criar condições sociais, econômicas e políticas para a autonomia e emancipação das mulheres.

Neste sentido, a presença de equipamentos públicos que possibilitem a garantia dos direitos das mulheres é uma iniciativa essencial para superação do quadro de desigualdade de gênero nacional e que é refletiva diretamente na realidade do Distrito Federal.

Torna-se, assim, cada vez mais necessária a implementação efetiva no DF da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, garantindo o enfrentamento do fenômeno de forma articulada das políticas públicas, com o objetivo de excelência no combate da violência contra as mulheres em todas as suas expressões.

Para contribuir com a superação do quadro apresentado, a ampliação e o fortalecimento dos Centros de Referência são medidas urgentes e necessárias, haja vista estas são:

(...) estruturas essenciais do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, uma vez que visa promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação) à mulher em situação de violência. Devem exercer o papel de articuladores dos serviços organismos governamentais e não-governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero.⁴

Coadunando com esta avaliação e pela importância dos Centros para a efetividade da Rede, a SEM-DF utilizou, em seu programa temático do Plano Plurianual do Governo do Distrito Federal (6229 – EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES), a ampliação dos Centros de Referência com um dos indicadores para medir a gestão no período.

Vale destacar que as ações deste projeto estão contempladas nas Portarias nº 041 e 042, de 10 de maio de 2011, nos termos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e do Plano Plurianual – PPA 2008/2011 da Secretaria de Políticas para as Mulheres, especificamente na ação

4. OBJETIVOS

a) Objetivo geral

⁴ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/documentos/norma-tecnica-centros-de-referencia.pdf>. Acesso em 18 nov. 2011.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER**

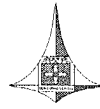
Ampliar os mecanismos de atendimento à mulher no Distrito Federal, garantindo o atendimento social, psicológico e jurídico, orientação e informação às mulheres em situação de violência na perspectiva de fortalecer a autoestima e a construção da cidadania dessas mulheres.

b) Objetivos específicos

1. Promover a criação e a estruturação dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência nas Regiões Administrativas da Asa Sul (Quadra 102), Ceilândia, Planaltina, Gama e Taguatinga;
2. Estruturar o Centro de Referência localizado na Rodoferroviária;
3. Promover o atendimento às mulheres em situação de violência orientando-as e encaminhando-as para os diferentes serviços da rede de atendimentos, de acordo com a necessidade de cada caso específico;
4. Promover o atendimento psicossocial e jurídico especializado e continuado às mulheres em situação de violência;
5. Prestar serviço de informação e orientação às mulheres sobre os seus direitos.
6. Qualificar 50 (cinquenta) profissionais vinculados aos Centros de Referência tão logo sejam implantados, juntamente com os profissionais vinculados aos Centros já existentes;
7. Organizar o Fluxo operacional dos Direitos das Mulheres no Distrito Federal;

5. METAS E RESULTADOS ESPERADOS

1. Equipar os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência com materiais de informática, recursos audiovisuais, eletroeletrônicos, mobiliário de escritório, como o da Rodoferroviária, implementando os da Asa Sul (Quadra 102), Ceilândia, Planaltina, Gama e Taguatinga;
2. Equipar os Centros de Referência com veículos;
3. Promover capacitação para 50 técnicos dos 05 Centros de Referência do Distrito Federal, com 80 horas aulas;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER**

4. Publicar o Fluxo operacional dos Direitos das Mulheres no Distrito Federal;
5. Estruturar o equipamento móvel de sensibilização e atenção às mulheres;
6. Realizar seminários de apresentação e avaliação do projeto pela sociedade e pelos parceiros da Rede de Atendimento à Mulher vítima de violência.

6. METODOLOGIA

Ao longo da trajetória da Secretaria de Estado da Mulher constatou-se que as experiências das mulheres com relação à violência estão intrinsecamente relacionadas não apenas em como as mulheres vêem seus corpos, mas também como interpretam as informações que recebem nos centros de referência e nos locais de atendimento especializado tanto ao nível de assistência médica, como jurídica e psicossocial.

Ainda, essas informações também são recebidas, ao longo de suas vidas, por meio das pessoas que fazem parte de suas relações sócio-familiares e da mídia, ou seja, das informações sociais e coletivas. Entretanto, essas informações nem sempre correspondem à realidade ou às diferentes possibilidades de decisões, muitas vezes tem um recorte preconceituoso que enfatizam a condição de vulnerabilidade e de conformismo à situação de violência, quer seja simbólica ou física, nas mais diferentes instâncias, inclusive institucionais.

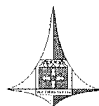
Para tanto, ter equipamentos públicos que tratam a mulher de forma particular é um dos fundamentos de intervenção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Parte deste trabalho que está sendo executado no Distrito Federal será fortalecido com este projeto.

Ele tem como fase de implementação a reestruturação dos Centros de Referência existentes (Rodoferroviária) e criar novos Centros de Referência nas regiões administrativas de Asa Sul (Quadra 102), Ceilândia, Planaltina, Gama e Taguatinga, como forma de descentralizar o atendimento aos mulheres vitimizadas, contemplando as maiores cidades do DF.

Vale ressaltar que o Centro de Referência da Asa Sul será implementado com a transferência do Centro de Referência do Anexo I do Palácio do Buriti e os ajustes necessários para cumprimento da Norma Técnica.

Tal ampliação é imprescindível para estruturação das estratégias da SEM-DF e do SPM de intervenção para mudar a realidade.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

Também torna-se necessária a adoção de abordagens humanizadas e qualificadas às mulheres em situação de violência, exigindo-se, para tanto, a formação continuada do pessoal que irá trabalhar nos Centros de Referência, além dos demais sujeitos da Rede de Atendimento: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs), Polícia Militar e Unidades Móveis do Corpo de Bombeiros, Centros de Referência, Casas Abrigo, Serviços de Saúde, Instituto Médico Legal, Defensorias Públicas, Defensorias Públicas da Mulher.

Conforme *Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência*, deve ser investido prioritariamente na formação continuada e na valorização profissional da equipe técnica e administrativa do Centro de Referência e da Rede de Atendimento, como forma de resultar a crescente compreensão do fenômeno da violência, suas causas e instrumentos de superação individual e coletiva.

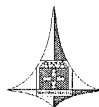
A proposta da referida Norma é que esta Formação Continuada abranja a natureza técnica, operacional, gerencial e universal, dirigida ao conjunto dos(as) profissionais envolvidos no atendimento e deve estar pautada por uma metodologia dialógica, interdisciplinar, holística que incentive a mobilização.

Será realizada, seguindo orientação estabelecida na Norma Técnica, de 80 horas aulas, divididas em 10 dias de formação, com os seguintes módulos sugeridos e adaptados:

- **Módulo Básico** – Aspectos legais, científicos e teóricos da violência de gênero (definição, prevalência do fenômeno, formas de violência contra a mulher, ciclo da violência, impacto em longo prazo da violência, estratégias do agressor); estratégias para o acolhimento (escuta atenta, e não julgadora), a intervenção (identificar a violência, assegurar a proteção e segurança) e o empoderamento (resgate da auto-estima, atribuição de responsabilidades, autodeterminação da mulher, escuta qualificada); negociação de conflitos e trabalho em rede com equipamentos e órgãos locais, nacionais e internacionais; a realidade e contradições do Distrito Federal.

- **Módulos Específicos** – O que é emancipação da mulher e o papel do Poder Pública na garantia, defesa e efetivação de direitos; Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e o trabalho em Rede; Apresentação e estudo da Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; Legislação que assegura os direitos das mulheres; Técnicas de atendimento e acolhimento; Trabalho integrado e em equipe: uma abordagem multidisciplinar; Atendimento psicossocial; prevenção; relações sociais; Técnicas de entrevista com mulheres em situação de violência; Intervenção em situações de crise.

Outro ponto fundamental é a proposta de criação de um equipamento móvel, que possibilitará apresentar a rede de atendimento às mulheres do Distrito Federal em um



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

conjunto de eventos promovidos pela própria Secretária e pelo Governo do Distrito Federal.

De forma itinerante, este equipamento buscará chegar até o público beneficiado das ações da Secretaria, sensibilizando a população, fornecendo atendimento preliminar as mulheres que o procurarem e encaminhamento até o Centro de Referência ou outros parceiros da Rede, a depender da necessidade apresentada.

Buscará trabalhar com a rapidez necessária que a prevenção exige, propondo ações integrativas com outros Órgãos Público, incluindo o equipamento móvel da SEM-DF e estando nos locais onde essas mulheres vivem. Este processo de divulgação e sensibilização será otimizado com a aquisição de um ônibus adaptado, como forma de garantir o sigilo da conversa e ao mesmo tempo com identidade visual. As atividades ocorrerão em locais e dias prefixados respeitando as necessidades específicas de cada região e tema abordado e, com divulgação através da mídia local, assegurando o contato com o maior número possível de mulheres, que necessitem de tal apoio.

No entanto, não só do atendimento se combate a violência contra as mulheres: a organização é essencial neste processo, bem como a definição dos papéis e efetiva manutenção da articulação da rede.

Para tanto, uma das metas deste projeto está na coordenação e sistematização das ações da Rede por meio da criação de um fluxo operacional: **Fluxo operacional dos Direitos das Mulheres no Distrito Federal.**

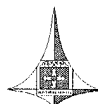
Tal proposta já foi executada em brilhante trabalho em outra temática. A Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), no projeto *Definindo Fluxos Operacionais para a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes*, realizou uma radiografia que determine as etapas a serem percorridas para garantir os direitos básicos da criança e do adolescente dentro dos sete eixos temáticos definidos como prioritários pela ABMP (Disponível em: <http://www.abmp.org.br/projetos.php?pro=3&idPro=6>)

A metodologia consiste na realização de oficinas em que são construídos modelos de fluxos operacionais devidos de acordo com cada eixo.

O fluxo operacional devido, tal como um mapa, evidencia o caminho que deve ser percorrido para o atendimento de mulheres em situação de violação ou não realização de seus direitos, através de diversas etapas, desde a porta de entrada (identificação do direito violado) até a etapa final, quando o direito violado se encontra garantido, isto é, quando a mulher está protegida e o agressor, responsabilizado.

7. DURAÇÃO DO PROJETO

A duração do projeto é de dezoito (18) meses.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER**

8. IMPACTO A CURTO E MÉDIO PRAZO:

Curto prazo:

- Ampliação do atendimento às mulheres no Distrito Federal;
- Ampliação da sensibilização da sociedade a questão da violência contra a mulher no Distrito Federal;
- Melhorar a comunicação com a sociedade e a estruturação da Rede de Atendimento por meio do Fluxo operacional dos Direitos das Mulheres no Distrito Federal e pela realização dos Seminários;
- Qualificar o atendimento às mulheres nos Centros de Referência à Mulher do Distrito Federal;

Médio prazo:

- Impacto no processo de efetivação e ampliação de políticas que alterem a qualidade e as condições de vida das mulheres, incidindo no combate às desigualdades entre homens e mulheres.

9. SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

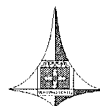
O projeto contempla a aquisição de bens permanentes (viaturas, mobiliários e equipamentos de informática, brinquedoteca, entre outros) o que garante a sustentabilidade por período superior a 12 meses. A capacitação prevista no projeto, objetiva a formação de profissionais que, após o período de 12 meses, serão aplicadores dos conhecimentos adquiridos, estruturando novas equipes de atendimento.

Os Centros estruturados a partir deste projeto, após o período de vigência do convênio, continuarão recebendo o apoio do Governo do Distrito Federal, na ação da Secretária de Estado da Mulher.

A consolidação e ampliação dos serviços da rede de atendimento à mulher prioritariamente nos territórios aqui referenciados serão monitoradas e avaliadas pelos organismos de políticas para as mulheres de âmbito distrital, com o próprio Conselho dos Direitos das Mulheres do Distrito Federal.

10. PESSOAL:

As ações executadas pelos Centros serão por meio de uma equipe interdisciplinar, que desenvolverá seus trabalhos especialmente na qualificação dos profissionais, preparando-os para um acolhimento e abordagem humanizada, baseada em condutas



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER**

adequadas e informadas pelos aspectos éticos e de compromisso com o resgate da auto-estima e cidadania das mulheres atendidas.

Os Centros deverão contar com uma equipe interdisciplinar permanente (coordenadora do serviço, psicólogo(as), advogado(a) e assistentes sociais), equipe de apoio técnico e segurança necessária.

Para as demais ações, buscará a contratação de pessoas de notável saber para ministrar as oficinas de construção do fluxo e a realização da capacitação.

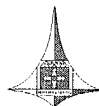
11. RECURSOS PERMANENTES:

1. Recursos em Informática: para o atendimento on-line, armazenamento de dados, etc.;
2. Veículo: para o transporte em situações de emergência, visitas domiciliares;
3. Recursos audiovisuais para: trabalho em grupo, palestras, oficinas, seminários;
4. Equipamentos (móveis, aparelhos eletrônicos, etc.) para estruturação e garantia de espaço confortável e agradável para assistidas e servidores;
5. Material de escritório e pedagógico para utilização no expediente.

12. DETALHAMENTO DOS CUSTOS

Itens a serem financiados pelo Concedente

| Metas e Etapas | Especificações | Quant. Final | Valor Total (R\$) |
|--|--|--------------|-------------------|
| Equipar centros de referência na Rodoferroviária, Asa Sul (Quadra 102), Ceilândia, Planaltina, Gama e Taguatinga | Telefones com identificador de chamada | 30 | 1.257,00 |
| | Aparelho de telefone conjugado com fax | 6 | 1.843,50 |
| | Ar condicionado tipo Split 14.000 BTUs | 24 | 31.176,00 |
| | Armário alto c/2 portas, 3 prateleiras e chave | 18 | 5.913,00 |
| | Arquivo em aço para escritório | 12 | 3.840,00 |
| | Bebedouro Refrigerado | 18 | 11.322,00 |
| | Cadeira Giratória | 180 | 17.982,00 |
| | Central telefônica 2 linhas e 12 ramais | 6 | 6.411,60 |
| | Computador completo | 48 | 92.836,80 |
| | Conjunto de mesa com 4 cadeiras para crianças | 12 | 1.439,88 |
| | DVD blu-ray | 6 | 1.799,40 |
| | Encadernadora | 6 | 2.634,00 |
| | Estabilizador de voltagem profissional | 60 | 20.940,00 |
| | Fogão | 6 | 7.194,00 |
| | Guilhotina | 6 | 5.310,00 |



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER**

| | | | |
|---|--|--------|-------------------------|
| | Impressora a laser Multifuncional | 6 | 10.199,40 |
| | Lixeira c/pedal 12 l | 60 | 11.178,00 |
| | Longarina com 03 (três) lugares cada | 18 | 7.020,00 |
| | Máquina digital | 6 | 14.244,30 |
| | Mesas com gavetas e suportes para computadores | 60 | 27.354,00 |
| | Microfone com fio | 12 | 358,80 |
| | mini-gravador | 24 | 8.879,76 |
| | Notebook | 18 | 46.782,00 |
| | Projeto de Multimídia | 6 | 16.194,00 |
| | Quadro aviso | 6 | 173,40 |
| | Rádio mini system | 12 | 10.548,00 |
| | Refrigerador 1 porta | 6 | 20.394,00 |
| | Tapete emborrachado | 6 | 617,40 |
| | Tela para projeção | 6 | 2.160,00 |
| | Televisor 42" | 12 | 35.628,12 |
| | Ventilador de teto | 30 | 9.447,30 |
| | | | R\$ 433.077,66 |
| | | | |
| Equipar os Centros de Referência com veículos | Veículo utilitário 4p, total flex | | R\$ 170.136,00 |
| | | | R\$ 170.136,00 |
| | | | |
| Organizar fluxograma da rede de atendimento à mulher do Distrito Federal | Realizar publicação de REVISTAS: CAPA EM COUCHE FOSCO 230G, 4X4 CORES, 21X30CM (ABERTO), 21X15 (FECHADO). MIOLO 36 PAGINAS EM AP 90G, 4X4 CORES. ACABAMENTO 2 GRAMPOS. | 40.000 | R\$ 36.615,00 |
| | | | R\$ 36.615,00 |
| | | | |
| Estruturar o equipamento móvel de sensibilização e atenção às mulheres; | Chassi e Carroceria | | R\$ 260.000,00 |
| | Customização do ônibus com a logomarca da Secretaria de Estado da Mulher | | R\$ 121.400,00 |
| | | | R\$ 381.400,00 |
| | | | |
| Seminário de Avaliação do projeto | Realização de Seminário de Avaliação do Projeto pela Sociedade | 1 | R\$ 198.384,33 |
| | | | R\$ 198.384,33 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | REPASSE DO CONCEDENTE | | R\$ 1.219.612,99 |



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER

Itens a serem financiados pelo Proponente (Contrapartida)

| | | | |
|---|---|----|----------------|
| | | | |
| Capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento dos Centros de Referência | Contratação de pessoas por notório saber | 80 | R\$ 24.000,00 |
| | | | R\$ 24.000,00 |
| | | | |
| Organizar fluxograma da rede de atendimento à mulher do Distrito Federal | Contratação de profissional de notório saber | 50 | R\$ 15.000,00 |
| | | | R\$ 15.000,00 |
| | | | |
| Estruturar o equipamento móvel de sensibilização e atenção às mulheres; | Gastos com biodiesel (1.000 km x R\$1,89 x 12 meses) | | R\$ 22.680,00 |
| | | | R\$ 22.680,00 |
| | | | |
| Seminário de Apresentação do projeto | Realização de Seminário de Apresentação do Projeto para a Sociedade | 1 | R\$ 119.694,29 |
| | | | R\$ 119.694,29 |
| | | | |